

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 5.660, DE 2001**

Cria o Fundo de Recuperação de Créditos e de Prevenção e Combate às Fraudes contra a Previdência Social – FUNPREV, e dá outras providências.

**Autor: PODER EXECUTIVO**

**Relator: Deputado DARCÍSIO PERONDI**

#### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, propõe a instituição, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, do Fundo de Recuperação de Créditos e de Prevenção e Combate às Fraudes contra a Previdência Social – FUNPREV, a ser gerido pela Secretaria Executiva do MPAS e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

O FUNPREV terá como recursos as dotações específicas estabelecidas no orçamento da União; o produto de rendimento de suas aplicações; as doações; vinte por cento dos recursos oriundos da multa de que trata o art. 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; cinquenta por cento dos recursos provenientes da multa prevista no § 5º do art. 32 daquela Lei; e outros que lhe forem destinados.

Esses recursos deverão ser aplicados no reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, prevenção, recuperação e combate às fraudes e crimes previdenciários e nos

programas de formação profissional sobre legislação previdenciária, de aparelhamento tecnológico do Ministério da Previdência e Assistência Social e entidades vinculadas e de esclarecimento ao público sobre normas previdenciárias.

Em sua justificação, o Autor alega que a complexidade das fraudes contra a Previdência Social, com a crescente sofisticação de suas técnicas e meios, tornou obsoleto e acanhado o investimento até então utilizado no seu combate, mostrando ser imprescindível a existência do Fundo que propõe.

Afirma que as inovações nas técnicas de fraude asseguram a sua reprodução, ampliação e continuidade, agregando número expressivo de pessoas e grupos envolvidos em atividades ilícitas.

Assim, as fraudes previdenciárias e a impunidade dos fraudadores causam seqüelas no Orçamento da Seguridade Social, ao retirarem vultosos recursos necessários à implementação de políticas públicas, contribuindo para a bancarrota da Previdência Social. Por outro lado, incentivam a corrupção no desenvolvimento das atividades dos servidores públicos, ao vislumbrarem a erosão dos mecanismos tradicionais de repressão a tais práticas.

## **II - VOTO DO RELATOR**

É notória a magnitude dos recursos da Previdência Social desviados do fim a que destinam por práticas fraudulentas, o que exige a adoção, pelo Poder Público, de meios eficazes para o seu combate.

O aperfeiçoamento nas técnicas dos fraudadores implica a necessidade de maior aporte de recursos à administração previdenciária para a contenção desses ilícitos. Essa necessidade será atendida pelo FUNPREV, ora proposto, que incrementará as atividades de recuperação de créditos e de prevenção e combate às fraudes contra a Previdência Social.

Observe-se que os recursos desviados da Previdência Social pelas fraudes originam-se de contribuições de empregadores e trabalhadores para o seguro social público e obrigatório, administrado pelo Governo, o qual deve honrar o pagamento de seus benefícios aos segurados expostos a riscos sociais definidos e responsabilizar-se por suas eventuais insuficiências financeiras.

Em face do exposto, votamos pela aprovação de Projeto de Lei nº 5.660, de 2001.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

Deputado DARCÍSIO PERONDI  
Relator